

Brasília-DF, 17 de março de 2026



Não dá mais uma Selic a 15%!



A taxa abusiva da Selic começa a asfixiar o setor produtivo nacional, com impactos no crédito e encarecimento do setor produtivo. Isso é ruim sempre. Em ano eleitoral é veneno que enfraquece ainda mais o sistema imunológico do Estado brasileiro.

O impacto do pagamento dos juros da dívida foi explicado quinta-feira, em Guarulhos, durante exposição pelo professor e Economista do Dieese, Rodolfo Viana. Ele responde pela subseção do Dieese no Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e Região. "A relação dívida-PIB vem crescendo", adverte. Em 2020, era de 4%. Já no ano de 2025 foi fechado em 8,05 do Produto Interno Bruto.

Beneficiados – Basicamente, a dívida brasileira se divide em três grupos, que se beneficiam com a Selic

alta. Fundos de Previdência e assemelhados, 22,5%; Bancos, 33%; Fundos variados, 20,8%.

O economista também critica a meta da inflação fixada em 3%, considerada muito baixa por ele. Essa camisa de força obriga o governo a cortar investimentos públicos em áreas importantes.

O pagamento dos juros da dívida tem subido, e não é pouco. Em 2022, o Estado brasileiro consumiu R\$ 586.429 bi de Reais. Já 2025 fechou com um volume de R\$ 1.007,53.

Protestos – Toda véspera da reunião bimensal do Copom, do Banco Central, as Centrais Sindicais organizam ato de protesto por redução da taxa de juros. O mercado prevê até o final do ano uma Selic próxima 10%. O sindicalismo e agentes do mercado produtivo ainda consideram alto esse percentual.

Enquanto o sindicalismo protesta, o empresariado silencia. O que se vê, quando muito, é uma fala aqui e ali na imprensa. Mas protestos incisivos do setor produtivo contra os juros altos não há. Até porque boa parte da poupança de empresa e empresários está alocado em investimentos financeiros.

O que é – Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Mais – Sites do Dieese – www.dieese.org.br ou www.bcb.gov.br

Fonte: Agência Sindical

Comissão ouve ministro do Trabalho e Emprego sobre planos da sua Pasta para 2026

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Luiz Marinho, ministro do Trabalho e Emprego

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados recebe na quarta-feira (18) o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Ele virá falar aos

Brasília-DF, 17 de março de 2026

parlamentares sobre as prioridades da pasta para este ano.

A reunião será realizada no plenário 12, às 10 horas.

Marinho apresentará à comissão o planejamento das ações do ministério para 2026, o que facilitará o acompanhamento das políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho.

Fonte: Agência Câmara

Comissão debate impactos da escala 6x1 sobre a dignidade humana

Michel Corvello/Prefeitura de Pelotas



A escala de trabalho 6x1 é muito utilizada no comércio

A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados realiza na quarta-feira (18) audiência pública para discutir os impactos da escala de trabalho 6x1 sobre a dignidade da pessoa humana.

A reunião será realizada no plenário 9, às 16 horas.

O debate atende a pedido dos deputados Luiz Couto (PT-PB) e Alice Portugal (PCdoB-BA). Segundo os parlamentares, a escala 6x1 impõe aos trabalhadores uma rotina marcada por exaustão e pela limitação do convívio familiar e comunitário, além de reduzir o tempo destinado ao descanso, ao lazer, ao estudo e ao cuidado com a saúde.

Luiz Couto afirma que evidências científicas indicam que jornadas extensas e períodos insuficientes de descanso produzem impactos concretos sobre o bem-estar da classe trabalhadora.

Ele cita estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), segundo o qual trabalhar 55 horas ou mais por semana está associado a risco 35% maior de acidente vascular cerebral e 17% maior de morte por cardiopatia isquêmica em comparação com jornadas de 35 a 40 horas semanais.

Alice Portugal acrescenta que os efeitos das jornadas extensas atingem de forma desigual diferentes grupos da população. A deputada destaca dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo os quais as mulheres dedicam, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, enquanto os homens, 11,7 horas.

Segundo os parlamentares, a audiência pública pretende reunir especialistas, representantes do poder público, entidades sindicais e organizações da sociedade civil para discutir os efeitos da escala 6x1 e contribuir para a elaboração de iniciativas legislativas e políticas públicas voltadas à promoção do trabalho digno e do descanso adequado.

Escala 6x1

A escala 6x1 é um modelo no qual o funcionário trabalha seis dias consecutivos e folga um, respeitando o limite de 44 horas semanais da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esse sistema é muito usado no comércio, em estabelecimentos de saúde e no setor de serviços.

Atualmente, tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal diversas propostas que acabam com a escala 6x1 e/ou reduzem a jornada semanal de 44 horas dos trabalhadores.

Fonte: Agência Câmara

Datafolha: 71% dos brasileiros apoiam fim da escala 6x1

Dados mostram aumento da aprovação da proposta em debate no Congresso Nacional na comparação com a sondagem feita em dezembro de 2024, quando 64% disseram ser favoráveis à redução da jornada de trabalho



O apoio ao fim da escala 6x1 cresceu entre os brasileiros, alcançando 71% da população, segundo pesquisa do instituto Datafolha, publicada neste domingo. Outros 27% afirmaram que o número máximo de dias de trabalho não deveria ser reduzido, enquanto 3% não opinaram.

No fim de 2024, a aprovação da medida entre a

Brasília-DF, 17 de março de 2026

população era de 64%. E 33% eram contrários à época.

Os dados também mostram divisão entre o perfil dos trabalhadores: 68% dos que trabalham seis dias ou mais aprovam a medida, já 76% que trabalham até cinco dias concordam com o fim da 6x1.

Diferença que pode ser explicada pelo perfil dos grupos: há mais proporção de empresários e autônomos no segmento que diz fazer uma jornada maior, e mais trabalho pode significar uma renda maior.

Já no grupo de quem trabalha até cinco dias por semana, há maior número de funcionários públicos, que não tem renda afetada pela duração da jornada de trabalho.

O fim da escala 6x1 está em debate por meio de PECs (Propostas de Emenda à Constituição), no Congresso Nacional, prevendo a redução de horas semanais trabalhadas de 40 para 36.

O projeto é uma das bandeiras do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a campanha de reeleição, apesar de pesquisas do setor privado apontarem para os efeitos negativos da proposta para a economia.

Fonte: CNN Brasil

MPT defende limites para negociação coletiva em ambientes insalubres



Fachada do prédio do Ministério Público do Trabalho. Crédito: TST/Divulgação

O Ministério Público do Trabalho (MPT) defendeu, em audiência pública no Tribunal Superior do Trabalho (TST), a necessidade de estabelecer limites para a negociação coletiva que autoriza a ampliação da jornada em atividades insalubres. A manifestação ocorreu durante discussão do Tema 149, submetido ao rito dos recursos repetitivos, que definirá precedente vinculante sobre a matéria.

[As informações são de matéria assinada pela repórter Mirielle Carvalho, publicada no site do Jota em 13 de março.](#)

O subprocurador-geral do Trabalho, Francisco Gerson de Lima, representante do MPT na audiência, defendeu que a tese a ser fixada pela Corte trabalhista condicione a validade da cláusula coletiva à comprovação efetiva da existência de insalubridade no ambiente de trabalho. Segundo ele, a proposta não representa impedimento à negociação coletiva, mas estabelece critério para sua legitimidade.

Lima rebateu argumentos de que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estaria defasada e destacou que a discussão central envolve proteção à saúde do trabalhador. "Não estamos tratando de mera ampliação de jornada, mas de saúde em ambiente hostil ao trabalhador", afirmou.

O relator do processo no TST, ministro Douglas Alencar Rodrigues, ressaltou que o debate está alinhado ao Tema 1.046 do Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu a validade de acordos coletivos desde que respeitados direitos fundamentais. O ministro também mencionou a possibilidade de nova audiência pública para aprofundar a controvérsia.

Setor produtivo

Representantes do setor de saúde e da indústria defenderam a manutenção da validade das negociações coletivas sobre jornada em ambientes insalubres.

Nelson Mannrich, da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde), argumentou que a negociação não suprime normas de saúde e segurança, nem elimina o adicional de insalubridade. Sustentou que o que se negocia são aspectos como duração do trabalho e intervalos, matérias delegadas pelo legislador à negociação coletiva.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), por meio da advogada Carolina Tupinambá, defendeu que as entidades sindicais conhecem melhor a realidade de cada setor. Invocou o artigo 60 da CLT, que exige autorização prévia para prorrogação de jornada em atividades insalubres, mas argumentou que o dispositivo teria sido derogado pela Constituição de 1988, que estimula o diálogo coletivo.

O Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Porto Alegre (Sindihosp) alertou que decisão contrária à negociação poderá impactar a rotina hospitalar, especialmente na escala 12x36, adotada por trabalhadores da saúde.

Fonte: Diap



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

INFORMATIVO SINDICAL

www.cnti.org.br

MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET

Filiada à



Brasília-DF, 17 de março de 2026

Prazo para enviar declaração do IR começa na próxima segunda

Informações estão no Diário Oficial desta segunda-feira (16)



© Arte/Agência Brasil

O prazo para envio da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) de 2026 começa na próxima segunda-feira (23) e segue até o dia 29 de maio.

As informações, referentes ao ano-calendário de 2025, foram publicadas nesta segunda-feira (16) pela Receita Federal por meio de instrução normativa no Diário Oficial da União.

De acordo com o texto, devem apresentar a declaração contribuintes residentes no Brasil que receberam rendimentos tributáveis superiores a R\$ 35.584 em 2025.

Também estão obrigadas a enviar a declaração pessoas que receberam rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil.

A obrigatoriedade também vale para investidores que fizeram operações de alienação em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, cuja soma foi superior a R\$ 40 mil ou que tiveram ganhos líquidos sujeitos à tributação.

No caso da atividade rural, devem declarar os contribuintes que registraram receita bruta superior a R\$ 177.920.

De acordo com o texto, a declaração deve ser elaborada, exclusivamente, por meio dos seguintes canais:

- Programa Gerador da Declaração (PGD) relativo ao exercício de 2026, disponível para download no [site da Secretaria Especial da Receita Federal](#);

- serviço Meu Imposto de Renda, também disponível no site da secretaria e em aplicativo da secretaria para dispositivos móveis como tablets e smartphones.

Fonte: Agência Brasil



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES



- EM DEFESA DA VIDA, CONTRA O FEMINICÍDIO.
- REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO
- FIM DA ESCALA 6X1

7º Encontro de Mulheres Trabalhadoras do Estado de São Paulo

DATA: 20/03 ÀS 09:0H

LOCAL: SEDE DA NCST - SP, R. SILVEIRA MARTINS, 53 - 1º ANDAR - SÉ, SÃO PAULO CEP: 01019-000

INFORMAÇÕES E TELEFONES:
CNTI SP: (11) 3105-7540
NCST SP: (11) 3271-6393

2026
SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO- CNTI



11º ENCONTRO ESTADUAL MULHERES TRABALHADORAS DA NCST-SC

"Protagonismo que protege vidas: o papel das mulheres sindicalistas no enfrentamento à violência e ao feminicídio."

REALIZAÇÃO


23 E 24 DE ABRIL DE 2026
POUSADA RURAL SESC LAGES/SC
RODOVIA SC 114, KM 219, S/N - RINCÃO COMPRIDO

Informações e Inscrições
ncstsc@gmail.com | 47 99996-2357